

## Narrativas testemunhais como conteúdo formativo na educação para o “Nunca mais”: a experiência de Sílvia Montarroyos com a ditadura civil-militar (1964-1985)

*Testimonial Narratives as Formative Content in Education for ‘Never Again’: The Experience of Sílvia Montarroyos under the Military-Civil Dictatorship (1964–1985)*

Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes

Universidade de Pernambuco

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1550-9937>

E-mail: [graciele.andrade@upe.br](mailto:graciele.andrade@upe.br)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Universidade Federal de Pernambuco

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>

E-mail: [raylane.navarro@ufpe.br](mailto:raylane.navarro@ufpe.br)

Recepção: 29.04.2025

Aprovação: 01.11.2025



**Resumo:** Mais de 50 anos após o golpe de 1964, parte da sociedade brasileira ainda considera o autoritarismo como resultado de uma revolução democrática necessária. Frente a narrativas que silenciam as dores de sobreviventes e familiares de desaparecidos, este estudo recorre ao testemunho de Sílvia Montarroyos, sobrevivente de perseguição política e internamento manicomial durante a ditadura civil-militar, para revelar os horrores da ditadura civil-militar. A intenção é analisar como a narrativa testemunhal de Sílvia Montarroyos contribui para a preservação da memória histórica, não apenas expondo traumas, mas também apresentando uma perspectiva poética para discutir autoritarismo e as relações entre passado e presente.

**Palavras-chave:** autoritarismo, ditadura civil-militar, direitos humanos, história das mulheres, narrativas testemunhais.

**Abstract:** More than fifty years after the 1964 coup, part of Brazilian society still regards authoritarianism as the outcome of a necessary democratic revolution. In the face of narratives that silence the pain of survivors and the families of the disappeared, this study turns to the testimony of Sílvia Montarroyos, a survivor of political persecution and psychiatric confinement during the civil-military dictatorship, to reveal the horrors of authoritarian rule. The aim is to analyze how Montarroyos' testimonial narrative contributes to the preservation of historical memory, not only exposing traumas but also offering a poetic perspective for discussing authoritarianism and the relations between the past and the present.

**Keywords:** authoritarianism, civil-military dictatorship, human rights, Women's history, testimonial narratives.

## NARRATIVAS TESTEMUNHAIS: POR QUE ESCUTÁ-LAS?

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se. (Freire, 1992, pp. 91-92).

Sonhar e esperançar por processos educativos que celebrem a democracia e o reconhecimento da dignidade humana do outro exige o compromisso ético de trazer para discussão narrativas históricas que problematizam a perspectiva dos vitoriosos. Mesmo que determinada versão tenha sido amplamente legitimada ao longo do tempo, é fundamental questioná-la, explorar outras interpretações do passado e confrontá-las criticamente com o presente, ampliando assim a compreensão histórica e fortalecendo os valores democráticos. A aproximação com a história oral e com as narrativas testemunhais daqueles que vivenciaram o autoritarismo do regime civil-militar em Pernambuco é um exemplo de uma narrativa histórica que carece ser problematizada quando se almeja esses processos pedagógicos.

Beatriz Sarlo (2007, p.115), ao estudar a memória das testemunhas a partir do cenário argentino pós ditadura, problematizou o uso dos relatos em primeira pessoa no que se refere a construção de conhecimento histórico, tencionando com as relações que estabelecem com as necessidades e as tendências da vida pública e reconheceu que tais relatos tratam de memórias evocadas por meio de “sujetos até então silenciosos”. Ao valorizar os detalhes e as experiências cotidianas presentes na narrativa em primeira pessoa, contribuímos para romper a ideia de uma história fundada no anonimato e para alargar as compreensões sobre eventos históricos a partir de perspectivas locais.

Destacamos o protagonismo da artista Sílvia Lúcia Viana Montarroyos, cuja trajetória durante a ditadura civil-militar em Pernambuco (1964–1985) incluiu prisão, tortura, exílio, clandestinidade e internação manicomial, experiênc-

cias que, por sua singularidade, enriquecem a memória coletiva a partir de uma perspectiva feminina. Sua vivência atravessa formas específicas de repressão e, ao mesmo tempo, molda modos singulares de resistência, remetendo ao que nos ensina a História das Mulheres (Perrot, 1995) sobre o que é ser mulher. O testemunho de Montarroyos concentra narrativas particulares e experiências subjetivas que revelam aspectos mais amplos da história e legitimam versões de violações de direitos humanos que enfraquecem a memória unilateral presente na sociedade brasileira, uma memória que emerge das “lutas de representações” em “um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, 1990, p. 17).

Ao pensar novos problemas para o que chamamos de educação, vemos no desafio de teorizar sobre a educação para o “Nunca mais” uma perspectiva aberta para o trabalho com as narrativas testemunhais, pois ao evidenciarem as consequências humanas do autoritarismo, funcionam como recursos pedagógicos para a educação em direitos humanos e para o ensino da História. Entretanto, trabalhar com o testemunho de Montarroyos, seja em contextos formais ou não formais, possibilita sensibilizar estudantes e a sociedade para o valor da democracia e para o compromisso coletivo do “Nunca mais”, transformando a memória individual em experiência educativa voltada ao aprender e ensinar uma nova forma de ser e estar no mundo, uma forma que é sentida no afetar-se a partir da experiência do outro, convergindo para o “cerne daquilo que o historiador pretende atingir: as sensibilidades de um outro tempo e de um outro no tempo, fazendo o passado existir no presente” (Pesavento, 2007, n.p.).

Dessa forma, nosso objetivo principal é analisar como a narrativa testemunhal de Sílvia Montarroyos contribui para a preservação da memória histórica, promovendo justiça e educação para a construção de um “Nunca mais”. Para isso, o estudo se estrutura em um delineamento bibliográfico e documental, amparado pela Metodologia da História Oral (Alberti, 2004) e fundamentado teoricamente na História das Mulheres (Perrot, 1995), na História Cultural (Chartier, 1990) e em estudos sobre sensibilidades e experiências educativas (Pesavento, 2005, 2007; Candau, 2013). Para alcançarmos tal objetivo mobilizamos diferentes fontes: uma entrevista inédita concedida em 2021, realizada segundo os protocolos da História Oral; depoimentos previamente publicados em obra memorialística (Montarroyos, 2013a); depoimento prestado à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2013); prontuário de prisão e laudo psiquiátrico disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. O estudo observou os protocolos éticos para pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovado

pelo Comitê de Ética em 6 de janeiro de 2021, permitindo acessar memórias de eventos sensíveis vivenciados pela participante da pesquisa.

Desta forma, no tópico 1 apresentamos a trajetória de vida de Silvia Montarroyos, proporcionando uma discussão sobre o contexto histórico que ela esteve inserida e como se deu sua atuação política. No tópico 2 tencionamos o relato pessoal de Silvia para problematizar o autoritarismo do regime militar e apresentar as contribuições de sua trajetória testemunhal na sensibilização para a educação para o “Nunca mais”. No decorrer das análises, foi possível compreender a educação como um fenômeno cotidiano, profundamente ligado à formação política e à luta constante das mulheres pela expressividade nas esferas pública e privada. A história oral e os estudos biográficos se destacaram como ferramentas essenciais para investigar as violências praticadas em regimes autoritários, oferecendo a narrativa testemunhal como uma experiência de educabilidade fundamentada em uma pedagogia da memória.

#### SILVIA, TATIANA, ANA, MABEL E NOVAMENTE A SILVIA

Ao entrevistar Silvia Lúcia Viana Montarroyos, ela se apresenta como alguém que nunca desistiu do sonho de um mundo melhor, mais justo e mais feliz, onde reinem a paz, a harmonia, o amor e a fraternidade entre todos os seres da Terra (Montarroyos, 2021). Essa autoimagem nos permite compreender as subjetividades que a mobilizaram na construção de sua história de luta e resistência, revelando como suas experiências pessoais se entrelaçam com processos sociais e culturais mais amplos. Situar sua narrativa na interseção entre memória, gênero e educação é, portanto, fundamental, pois não se trata apenas de registrar acontecimentos, mas de construir conhecimento sobre como a memória sensível contribui para a compreensão da vida em regimes autoritários. Ao longo do texto, observa-se que sua escrita e sua memória sensível funcionam como formas de resistência, indo além do registro factual para reparar e reafirmar a identidade em contextos de violência política.

Nesse sentido, Mary Del Priore (2020) destaca que a narrativa das mulheres — marcada por coragem e resiliência — é essencial para preservar a memória e reconstruir identidades diante da opressão. Para Del Priore, o relato pessoal e a escrita rompem os silenciamentos impostos, conferindo voz e subjetividade a mulheres, cujas histórias muitas vezes foram apagadas. Essa dimensão, que dialoga diretamente com os estudos de gênero e a História das Mulheres, é imprescindível para compreender a reconstrução da memória em regimes

repressivos, nos quais corpo, mente e palavra também se tornam campos de luta e dominação.

Para compreender como Silvia vivencia a transformação de sua identidade, adotamos uma abordagem cronológica de sua vida, permitindo acompanhar o entrelaçamento entre suas experiências pessoais, sociais e culturais e perceber como cada fase contribuiu para a construção de sua história de resistência e memória. Nascida em 3 de abril de 1943, na cidade do Recife-PE, é filha de Adehyldo dos Santos Montarroyos, formado em Ciências Contábeis e funcionário público na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, e de Maura Viana Montarroyos, professora primária. Cresceu em uma família tradicional do Nordeste, recebendo uma educação marcada por rituais de tomada de bênção e beija-mão aos pais, tios e avós. Iniciou os estudos primários em casa com a mãe e prosseguiu no ensino fundamental e médio em colégios exclusivos para meninas no final da década de 1950, o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio Coração Eucarístico de Jesus, ambos no bairro da Boa Vista em Recife, ambientes que moldaram sua formação inicial e seu contato com valores culturais e sociais que influenciaram sua trajetória de vida e resistência.

FIGURA 1 - FOTOGRAFIA DE SILVIA MONTARROYOS



Fonte: G1. Disponível em: G1 - Pernambucana relata em livro drama vivido durante regime militar no Recife - notícias em Pernambuco (globo.com). 2013. Acesso em: 12 jan 2021

Desde a infância, Silvia Montarroyos demonstrava uma aptidão precoce e intensa com a leitura e escrita, explorando diferentes gêneros literários, iniciando com 5 anos com a poesia e chegando aos 12 com narrativas longas. Essa produção literária infantil e juvenil revela a força de sua imaginação e o desenvolvimento de uma sensibilidade crítica diante do mundo. Apesar do desapreço de seu pai, que temia prejuízos à sua visão, Silvia persistiu na leitura e na escrita,

formas de resistência intelectual que mais tarde sustentariam sua coragem frente ao autoritarismo, o que revela não apenas a formação de sua sensibilidade literária, mas também o modo como a escrita constituiu um recurso de compreensão, enfrentamento do mundo e autonomia presentes em sua trajetória.

Formou-se em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco e em Teatro pela Escola Superior de Belas-Artes do Recife. A escolha pelo curso de Direito foi imposta pela família como condição para que pudesse seguir sua paixão pelo teatro, sob o argumento de que era necessário cursar algo 'sério' e socialmente reconhecido (Montarroyos, 2021). Essa imposição reflete não apenas as expectativas conservadoras da época, mas também a desvalorização histórica das artes como campo legítimo de formação e atuação profissional. Na Escola de Belas-Artes, a rotina das 160 mulheres matriculadas era marcada por restrições impostas por famílias conservadoras, que proibiam a participação feminina em aulas de modelo vivo. A ausência de regulamentação específica sobre essa prática na instituição evidencia tanto a resistência à emancipação artística das mulheres quanto a perpetuação de uma educação moldada por valores patriarcais. Essa realidade não apenas limitava a liberdade criativa das mulheres, mas também symbolizava uma sociedade que, em nome da moral e dos bons costumes, justificaria retrocessos políticos e sociais e a violação da dignidade humana por meio de golpes de Estado. Trata-se do retrato de uma estrutura que, ao longo da história, utilizou o conservadorismo como ferramenta de controle e exclusão, evidenciando como práticas patriarcais, expectativas familiares e restrições educacionais estruturaram suas oportunidades e resistências desde a infância, mas não definiram a sua forma de se manifestar no mundo.

A Sílvia esteve envolvida ativamente nos movimentos e nas intervenções dos estudantes com a população desde 1963. Participou do Movimento de Cultura Popular, conheceu de perto a proposta de Alfabetização de Paulo Freire e chegou a conviver com padres que tinham atuação política com o povo nas suas paróquias. Em entrevista ela afirma: “tudo que abracei tem a ver com a natureza humana e os seus sonhos de realização no mundo: a minha luta, a minha vida e a minha arte são uma coisa só [...] têm tudo a ver com o debruçar-se sobre a natureza humana (Montarroyos, 2021).

Seu sentimento de justiça e de solidariedade às causas sociais a conduziram à militância política da geração de 1960. Em janeiro de 1964, Recife, capital do estado de Pernambuco, tornou-se palco de intensas mobilizações estudantis que refletiam o clima de efervescência política e social do Brasil pré-golpe militar. Em meio a um cenário de desigualdades e tensões, os estudantes se levantaram contra o aumento das tarifas de ônibus, a expulsão dos camelôs do centro da

cidade e o acordo MEC-Usaid, que introduziu a lógica mercantilista na educação, promovendo o ensino privado em detrimento da educação pública. Essas ações ecoaram como um grito de resistência e moldaram debates que culminaram na reforma universitária de 1968 (Fonseca, 2018). Além dos estudantes, artistas, jornalistas, professores, operários, camponeses e religiosos também estavam presentes nos grupos sociais envolvidos com os debates do cenário político. A atuação política de Silvia se insere em um contexto mais amplo de engajamento social, no qual experiências individuais se articulam com coletivos. Elisabeth Jelin (2020) enfatiza que a memória das mulheres em situações de conflito ou opressão oferece pistas fundamentais para compreender processos de resistência e construção de cidadania. Ao relatar sobre como se deu sua atuação política, Sílvia Montarroyos a associa com a sua trajetória enquanto estudante de direito e de teatro, quando se aproxima da conjuntura de intervenções realizadas pelos estudantes com a população durante o governo Miguel Arraes, fazendo menção também às atividades dos Círculos de Cultura, do Movimento de Cultura Popular juntamente com a Alfabetização de Paulo Freire e com a atuação estreita dos padres com o povo nas suas paróquias: “Eu quis participar ativamente e foi assim que aconteceu” (Montarroyos, 2021).

No início de sua militância política ela era conhecida como Tatiana, codinome adotado para driblar perseguições, o que não impediu sua prisão em 2 de novembro de 1964, madrugada em que os policiais invadiram a casa onde acontecia uma reunião de cúpula do Comitê Regional do Nordeste, da qual ela não estava participando, por ser apenas uma militante de base. Segundo Fernando Coelho (2004), Pernambuco foi o estado brasileiro com a repressão política mais generalizada e mais violenta. Ao relembrar a madrugada em que teve a casa que morava com seu noivo Gustavo e outros companheiros de luta e do partido invadida pela polícia, Silvia destaca a pressa e a tensão da fuga. Recorda que acordou apavorada, sem pensar em se vestir completamente, e percorreu a casa ainda sonolenta, percebendo a desordem deixada pela saída abrupta de outros. O pequeno quintal, com ervas aromáticas, tomateiros e flores recém-plantadas, tornou-se palco de sua passagem apressada em direção à liberdade. Ao se aproximar do portão com defeito, encontrou Gustavo do outro lado, estendendo os braços em um gesto de proteção e resgate (Montarroyos, 2013a). Essa memória ilustra não apenas a urgência do momento, mas também a intimidade de sua vida cotidiana e o modo como os acontecimentos políticos se entrelaçaram com experiências sensíveis e pessoais.

FIGURA 2 - TATIANA EM DESTAQUE NA CAPA DO JORNAL *DIÁRIO DA NOITE*

Fonte: *O Diário da Noite* de 4 de novembro de 1964

Após horas de confinamento, percebeu a porta da frente da Secretaria de Segurança Pública aberta e saiu. Segundo a artista, esse episódio teria deixado a polícia desmoralizada, desencadeando em uma série de reportagens na imprensa internacional e nacional sobre sua fuga e posteriormente recaptura, onde tinha sua imagem associada a uma foragida de alta periculosidade em várias capas de jornais da época<sup>1</sup>, como ilustra a Figura 2.

Devido às intensas torturas que sofreu acabou com desordens mentais, sendo levada em coma ao Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, sem o conhecimento de seus pais. Com o estado frágil de saúde que se encontrava, conta que não faleceu devido ao cuidado e vigilância intensa de uma equipe de três estagiários de medicina. Esses, ao observarem seu estado de saúde e perceberem que os policiais presentes no hospital tinham a intenção de matá-la, se organizaram em uma escala de plantão maior do que a necessária, para que ela não ficasse sozinha (Montarroyos, 2013b).

Em maio de 1965 foi diagnosticada com esquizofrenia, o que levou a sua soltura, pois deixava evidente que o ambiente manicomial era prejudicial ao seu estado mental. Até a soltura vários alvarás de soltura já haviam sido emitidos, mas ela continuava presa, pois para cada alvará emitido uma nova prisão era decretada antes mesmo de Silvia entrar em liberdade. Quando solta, em junho de

<sup>1</sup> Outras matérias de jornais sobre a prisão e procura de "Tatiana" podem ser encontrados nos documentos relacionados ao processo de pedido de indenização movido pela artista. Os quais estão disponíveis em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/silvia-lucia-viana-montarroyos-pdf>

1965, conseguiu chegar até João Pessoa/Paraíba com a ajuda de padres franciscanos, os quais a ajudaram a se esconder embaixo de um carro de procissão para ultrapassar a divisa estadual. Neste mesmo ano, ela foi para o Rio de Janeiro, onde recebeu uma nova identidade, com um nome que não era o seu. Em seu depoimento à Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara em 2013, ela relatou que precisou criar uma nova identidade ainda muito jovem. Registrou-se formalmente com nome Ana Maria Parente, inventando uma história de vida que deveria apresentar às pessoas que conhecesse. Essa estratégia permitiu que ela atravessasse fronteiras e permanecesse em clandestinidade, vivendo no Uruguai e na Argentina antes de retornar ao Brasil. Durante esse período, manteve-se distante das atividades políticas dos colegas de república da UNE, garantindo que seu passado permanecesse desconhecido. Mesmo quando foi presa e levada à Ilha das Flores, seus documentos oficiais foram suficientes para proteger sua identidade, o que reforça a engenhosidade e a cautela necessárias para sobreviver em meio à repressão do regime. Essa memória evidencia não apenas a perseguição política, mas também o atravessamento de gênero em sua trajetória, já que a experiência de mulheres em clandestinidade e exílio implicava riscos específicos ligados ao corpo, à segurança e à visibilidade social.

Em 1966, com esses novos documentos entrou no Uruguai e na Argentina. Ainda como membro do Partido Operário Revolucionário Trotskista recebeu uma nova identidade. Como Mabel ela foi enviada pelo partido à Guatemala para participar da Guerrilha da IV-Internacional, entretanto ela desobedeceu a ordem dada e resolveu participar de outro grupo de Guerrilheiros, pois neste período ela já sentia um descontentamento com a postura de algumas lideranças Trotskistas. Na entrevista, ela contou que entrou muito nova no partido e que com o tempo foi amadurecendo e começando a perceber contradições dentro dele. Enquanto guerrilheira na Guatemala, chegou a ser detida pela CIA, mas conseguiu, junto a ONU, exílio na França no final de 1969.

No Início de 1970 foi para Portugal, o país onde reside até hoje. Durante os anos que esteve na clandestinidade, sua formação em Teatro na Escola de Belas Artes no Recife, as habilidades desenvolvidas durante os dois anos em que estudou Direito na Faculdade Católica do Recife, junto a outras experiências de sua vida e sua facilidade em aprender permitiram que trabalhasse com diversas atividades. No Rio de Janeiro, trabalhou como atriz e diretora de cinema e de teatro, jornalista, tradutora e diretora de Psicodrama e ainda na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio.

Como exilada, ela cantou em barzinhos, foi professora de teatro, desenhista de moda, coreógrafa de dança, trapezista de circo, criadora de perfumes

e ainda realizou outras atividades para sobreviver. Licenciou-se em História na Universidade de Lisboa, é Pós-graduada em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) de Lisboa e Mestre em Literatura Latino-Americana pela Universidade Livre de Bruxelas, chegando a trabalhar na Europa como tradutora, jornalista, dramaturga, co-diretora de duas revistas portuguesas de ecologia e de Psicologia do Instituto de Medicina Natural e atuando como professora cooperante na África em Bissau.

A experiência de clandestinidade e exílio revela como a memória individual pode ser atravessada por questões de gênero, território e subjetividade. Sandra Pesavento (2005) lembra que as sensibilidades individuais constituem uma forma de conhecimento que ilumina tanto o presente quanto o passado, e Beatriz Sarlo (2007) reforça que o entrelaçamento entre experiência pessoal e contexto histórico permite compreender o peso simbólico e social dessas trajetórias. Assim, mais de cinco décadas após sua prisão e exílio, Silvia demonstrou coragem ao revisitar publicamente lembranças dolorosas de sua trajetória política e das torturas sofridas. Aqui, podemos aplicar o conceito de “tempo vivo da memória” de Ecléa Bosi (2003), que enfatiza como a memória se mantém ativa, moldando o presente e abrindo espaço para o diálogo entre experiências individuais e coletivas.

FIGURA 3 - SILVIA MONTARROYOS EM DEPOIMENTO À COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA.



Fonte: JC Play. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zIKDGqJRHGg>. Acesso em: 19 jun 2022

A fotografia evidencia o momento em que a memória individual se torna pública - em 9 de dezembro de 2013, ela participou da Sessão Pública da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, testemunhando publicamente pela primeira vez sobre sua participação política, sua prisão e torturas sofridas como presa política, assim como sobre o período em que esteve em clandestinidade e exílio. Ela apresentou o nome de três oficiais que ela recordava ter comandado as torturas que lhe foram impostas: o major Dinaldo, o capitão Bismarck e o delegado auxiliar da Segurança Pública, Álvaro da Costa Lima (Montarroyos, 2013b), sobre os quais Silvia nunca mais procurou informações, por considerar que a Lei da Anistia beneficiou tanto as vítimas quanto os carrascos.

## MEMÓRIAS QUE SENSIBILIZAM PARA O “NUNCA MAIS”

ADVERTÊNCIA SÓ PARA LOUCOS  
Uma história aconteceu a muito tempo  
Sob o sol de ouro e o céu cor de anil  
De uma terra linda chamada Brasil  
Onde é fresca a brisa e suave é o vento...  
Uma terra amada. E com tanta paixão  
Que para a libertar de uma praga maldita  
Chamada ditadura, essa história foi escrita  
Com o jovem sangue de uma geração.  
Este livro vai contá-la mas aos poucos  
Para não chocar ninguém: é história de terror  
E é também de guerra e é também de amor  
E desde já se adverte: ela é só para loucos! (Montarroyos, 2013a, p.09)

Sua formação, sua experiência profissional e as lembranças da ditadura a levaram a autoria do livro “Réquiem por Tatiana: Memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos”, lançado em 2013. Neste livro ela traz poeticamente sua experiência com a ditadura. Durante os anos em que os militares estiveram no poder, a violência acontecia de forma institucionalizada, e a rotina das pessoas que eram contra o autoritarismo era vulnerável e cercada de insegurança. “Criou-se em Pernambuco um verdadeiro clima de terror” (Coelho, 2004, p. 225), onde o medo passou a ser um sentimento constante no cotidiano dos perseguidos e de seus familiares.

Silvia Montarroyos registra, em seu livro, não só sua experiência direta com a repressão, mas também o sofrimento daqueles que a cercavam. Um dos momentos mais significativos de sua narrativa é quando a polícia invade sua casa sem sequer informar sua mãe sobre sua prisão, gerando uma reação de indignação visceral e, ao mesmo tempo, profundamente racional. Sua mãe, ao confrontar os agentes, diz: “Vocês não tinham o direito de prender minha menina [...] mesmo

que ela tivesse cometido delito, ia para o Juizado de Menores, não para a prisão”. A afirmação não apenas denuncia a arbitrariedade da ação policial, mas também revela um conhecimento jurídico elementar que é deliberadamente ignorado pelas autoridades. Essa mãe, sem cargo público, sem formação jurídica aparente, ergue-se como figura de resistência ao denunciar que, ao prenderem sua filha ilegalmente, os agentes estariam transgredindo justamente a lei que diziam defender. A mãe também questiona: “como é que vocês querem manter a lei, se são os primeiros a transgredir a lei?”, apontando para uma contradição que atravessa todo o regime: o uso seletivo do discurso legal para justificar ações ilegais.

Nesse mesmo episódio, a casa revirada ao final da visita da polícia, os móveis fora do lugar e o rastro de violência em cada objeto cotidiano evidenciam uma repressão que extrapola o físico e invade o íntimo. Outro trecho observado é a ameaça: “Vou botar a boca no mundo”, onde a mãe de Silvia rompe com o papel que lhe era socialmente reservado: o da resignação. Sua fala é, ao mesmo tempo, denúncia e escudo, tentativa de proteger a filha e exposição da hipocrisia da repressão, revelando como muitas mulheres resistiram mesmo sem estar na linha de frente dos confrontos políticos. Outro episódio marcante da obra é o relato da despedida de Silvia da sua família, após ter um mandado de busca em seu nome em 1964. Ela descreve que “os rostos queridos eram máscaras vivas de sofrimento e preocupação”, mas não havia tempo para sentimentalismos: “não havia tempo para o amor”. A urgência do momento exige uma reconfiguração das emoções. O que poderia ser um último abraço, um pedido de perdão ou uma despedida com lágrimas, transforma-se num ato de cuidado coletivo: “Avisem as famílias dos outros [...] a polícia está batendo muito neles”. A prioridade de Silvia não era a própria segurança, mas a proteção dos companheiros de luta. A despedida se transforma, assim, em gesto político.

Selma, sua irmã, também assume protagonismo ao organizar, com lucidez, uma estratégia de contenção: “Agora vamos agir naturalmente [...] A gente não sabe de nada. Está todo mundo entendendo?”. Nesse momento, a casa se torna célula de resistência, e cada membro da família assume um papel dentro de uma coreografia de sobrevivência. Não é apenas a repressão que se organiza — a solidariedade também se estrutura, silenciosa, mas firme. O silêncio aqui não é passividade, é tática. Agir como se nada estivesse acontecendo era, paradoxalmente, a única forma possível de reagir. A repressão impunha um estado de guerra informal, em que cada gesto precisava ser calculado: o que se dizia, com quem se falava, o que se escondia — tudo estava sob suspeita.

Esses relatos demonstram como o sentimento de opressão se infiltrava no cotidiano, obrigando as pessoas a reprimirem não apenas suas opiniões, mas

também seus afetos. A repressão silenciava não só a voz política, mas também a expressão emocional. Viver em um contexto onde qualquer palavra poderia significar prisão ou morte fazia com que os laços familiares fossem tensionados entre o amor e o medo. E é nesse espaço de tensão que a resistência também se expressa: não apenas em discursos inflamados ou atos heróicos, mas no cuidado mútuo, no silêncio estratégico, na capacidade de proteger e de se preservar. Esse cenário brutal e sufocante antecedeu a formalização legal da violência estatal, que se consolidou por meio de dispositivos como o Decreto 69.534, o Decreto-Lei 898 e os Atos Institucionais, criados para legitimar a repressão sistemática contra opositores. Silvia Montarroyos (2013a) relata que foi uma das primeiras mulheres a sofrer essa violência extrema no Brasil, sendo classificada como “fugitiva de alta periculosidade” e submetida a um verdadeiro processo de “descida aos infernos” após sua captura, exemplificando o ápice dessa opressão que permeava tanto o espaço público quanto o privado.

A imprensa da época contribuiu para a construção dessa imagem de ameaça - o *Jornal do Comercio* e o *Diário da Noite* do dia 4 de novembro de 1964<sup>2</sup> estampavam manchetes como “Jovem terrorista trotskista fugiu da polícia” e “Polícia Política desconhece ainda o paradeiro da trotskista Tatiana”, onde atribuíam à sua figura feminina uma dissimulação calculada, com frases como “terrorista usa disfarce de ingenuidade”. Tais formulações midiáticas não apenas reforçavam o discurso oficial da repressão, mas também revelavam os mecanismos simbólicos que envolviam a criminalização do feminino quando este se deslocava dos lugares tradicionalmente esperados pela moral autoritária da época (Colling, 2017).

Após ser recapturada, Silvia Montarroyos foi submetida à tortura nas dependências da Segunda Companhia de Guarda, no Derby, e no quartel de Tejipió. As sessões eram cuidadosamente acompanhadas por médicos, que, cientes dos limites da resistência do corpo, determinavam o momento exato em que a tortura deveria ser interrompida para evitar a morte da prisioneira (Montarroyos, 2013a). A presença desses profissionais não servia à preservação da vida, mas à continuidade da violência — técnica, calculada, institucional. Em uma das cenas mais brutais de seu relato, ela conta ter sido lançada em um fosso com crocodilos e retirada apenas quando seu noivo — obrigado a assistir à cena — cedeu à pressão e revelou as informações desejadas pelos militares. Trata-se de uma experiência-limite que revela o funcionamento cruel e preciso das engrenagens da repressão estatal: a dor era programada, o terror, instrumentalizado, e o corpo da mulher,

<sup>2</sup> Ambas as reportagens podem ser encontradas nos documentos do processo de idenização de Silvia Montarroyos, disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/silvia-lucia-viana-montarroyos-pdf>

usado não apenas como alvo da punição, mas também como moeda de troca, como espetáculo de coerção moral e afetiva.

Como analisa Carlos Fico (2004), o regime não se caracterizou por ações isoladas ou excessos individuais, mas por um sistema planejado de controle e eliminação do dissenso, apoiado por estruturas complexas — como o SNI, os DOI-CODI e as DSIs — que articulavam vigilância, tortura, censura e propaganda. A experiência de Silvia, nesse sentido, não é apenas testemunho de uma violência excepcional, mas expressão direta de uma política de Estado, sustentada por profissionais, protocolos e ideologias que visavam a aniquilação física e simbólica dos corpos insubmissos.

Após esse episódio, Silvia foi isolada em uma jaula sob sol e chuva, por mais de um mês, em uma área de mata. Ali, completamente nua, viu seu corpo ser invadido por escorpiões, cobras e outros animais peçonhentos que passavam por ela enquanto estava exposta e indefesa. Entre os planos de tortura havia ainda a intenção de soltar uma casa de marimbondos sobre sua cela ou colocá-la sobre um formigueiro — medidas que só não se concretizaram graças à ação silenciosa de soldados contrários às práticas que conseguiram sabotá-las. É desse período que ela se lembra dizendo: “estava feio, esquelético e sujo” (Montarroyos, 2013a). A exposição forçada do corpo, a nudez imposta, o ambiente de extrema degradação — todos esses elementos operam como formas específicas de violência marcadas pelo gênero. A repressão não se dava apenas no plano físico, mas avançava como um projeto moralizante de dominação. Silvia narra que, após repetidas agressões verbais, passou a acreditar que talvez fosse mesmo aquilo que diziam: “filha da puta”. O insulto, repetido com brutalidade, não visava apenas humilhar, mas quebrar algo essencial: a dignidade e o pertencimento de si.

Ana Maria Colling (2017) demonstra como o regime militar ativava discursos patriarcais para transformar a militância feminina em transgressão moral. Mulheres que resistiam eram marcadas como desviantes — promíscuas, desequilibradas, perigosas — e, por isso, alvos de um tipo de punição que excedia o campo político: era também sexual, simbólica e profundamente enraizada na lógica da culpa. Silvia Montarroyos, ao afirmar que se sentia “como uma refém que havia ficado ali no lugar dela, daquela que devia ser a minha mãe”, revela a dimensão ancestral dessa violência, imposta ao corpo feminino como herança e condenação. Como reforça Colling (2017, p. 9), “para a repressão, a mulher militante é sempre promíscua” — e, assim, a vergonha se torna estratégia de silenciamento, e o corpo, o campo onde a repressão busca inscrever sua marca mais duradoura.

Enquanto Silvia vivenciava a violência institucionalizada seus pais e o advogado Bóris Trindade percorriam os quartéis em busca de respostas, esbarrando num jogo cruel de desinformação: “O alvará parecia ter tomado um chá de sumiço. Nunca estava com ninguém nem em lugar nenhum”, lembra Silvia, e completa, com ironia dolorosa: “parecia que os senhores fardados brincavam com eles o jogo da infância, mas numa versão de feio mau gosto: – ‘Tá quente?’ – ‘Tá frio!’” (Montarroyos, 2013a, p. 159).

A experiência de Silvia nos revela que a repressão não se limita aos porões e às celas. Ela se expande no tempo e invade os vínculos, os afetos, a memória. “Deus sabe o que sofri e o que a minha família sofreu, como sabe também o que a minha geração [...] teve de passar”, escreve Silvia. E insiste: “nenhum dinheiro do mundo pode trazer de volta o que perdemos [...] Falo dos anos todos roubados à nossa vida – no meu caso, e para além da prisão, das torturas, da loucura do manicômio, a juventude perdida e a vida para sempre adiada [...] o exílio eterno, que se prolonga até hoje, mesmo tantos anos depois de a ditadura ter acabado” (Montarroyos, 2013a, p. 338).

Essa denúncia encarnada em sua própria história evidencia que a violação dos direitos humanos não se restringe à materialidade da tortura física: ela opera também no esvaziamento das garantias legais, na negação do pertencimento, e na perpetuação do sofrimento por meio do silêncio do Estado. Como reflete Vera Maria Candau (2008), a educação em direitos humanos exige que essas experiências sejam reconhecidas como parte de uma pedagogia da memória — que não apenas rememora a dor, mas a transforma em consciência histórica e crítica. O testemunho de Silvia, ao resgatar o que foi roubado e o que nunca poderá ser reparado, desafia a anestesia coletiva e convoca uma escuta ética. Não se trata apenas de lembrar: trata-se de assumir responsabilidade.

Vera Candau et al. (2013) destacam a relevância de se considerar a educação em direitos humanos e a formação crítica de cidadãos como formas de interpretar experiências traumáticas e transformá-las em aprendizado social e político. A violação de direitos e a demonstração de desrespeito à vida que se sobressai nos seus testemunhos desvelam como, nos tempos da ditadura, a prisão e a tortura adoeciam não apenas o corpo, mas também a mente, e que, se, por um lado, desvelam a maldade como capacidade humana, por outro reafirmam a capacidade humana de buscar forças, ainda que no limite da lucidez. A prisão acontecia de forma arbitrária, a tortura era, além de útil aos interesses dos militares, prazerosa, e um modo de exercer vingança sobre quem não se curvava ao poder. Não se obedecia a princípios básicos, seja do direito à alimentação, ao abrigo do sol e da chuva, a higiene, o sono, e o direito de contato do preso com um familiar ou

pessoa próxima. Assim, os familiares não tinham conhecimento das prisões e quando tinham, nem sempre conseguiam realizar visitas.

No relato Silvia Montarroyos ainda afirma que durante a ditadura toda sua família sofreu e foi perseguida. Suas correspondências foram violadas e o telefone ficou grampeado pela polícia. Para ela, a falta de informações sobre seu paradeiro e de seu irmão Metai levou seu avô a desenvolver problemas cardíacos, passando por três infartos que culminaram posteriormente em seu falecimento. Sua mãe desenvolveu problemas nervosos e chegou a ser internada. Sua irmã Selma foi importunada e presa por diversas vezes em busca de informações sobre o seu paradeiro, chegando a perder o emprego. Seu pai, além de ficar muito doente, também foi perseguido pela polícia, perdeu o cargo de chefia que possuía e teve uma redução significativa do salário, o que culminou em um grande declínio social da família Montarroyos, os levando a conhecerem a pobreza e a fome (Montarroyos, 2013a).

Outra forma de expressão do autoritarismo era a vida nômade, o exílio e a clandestinidade, que causaram dor e sofrimento, estendidos para o pós-ditadura. No caso de Montarroyos, após o exílio a artista não teve mais condições de viver no Brasil. A reputação que havia sido construída sobre ela e a exposição de suas imagens em jornais associadas a uma mulher terrorista dificultou sua inserção no mundo do trabalho. Com o nascimento dos filhos fora do Brasil, e conforme estes se estabeleciam emocional, financeira e fisicamente em terras estrangeiras, retornar ao Brasil se tornou um sonho impossível.

A narrativa testemunhal de Silvia, além de desvelar a rotina de medo, opressão, solidão e terror a que a população esteve submetida, confronta as versões oficiais que têm apresentado justificativas para os crimes ocorridos que precisam ser questionadas com os argumentos das pessoas que vivenciaram o passado e conheceram a realidade do país. Chartier (1990) e Ecléa Bosi (2003) reforçam que a História Oral permite “ouvir contar” e transformar relatos individuais em conhecimento coletivo. Neste sentido, a memória de Silvia não se restringe ao relato do sofrimento, mas se torna uma ferramenta para discutir democracia, direitos humanos e práticas educativas sensíveis às vivências das mulheres.

A experiência da ditadura é viva na memória e narrativa de Montarroyos e revela aspectos do passado e as marcas que deixaram nas suas subjetividades forjadas, (trans)formadas e (re)criadas a partir das experiências de dores vividas, as quais persistem e são revividas e/ou reinventadas no ato de lembrar e de narrar tais experiências. Michelle Perrot (1995), Del Priore (2020) e Elisabeth Jelin (2020) lembram que ser mulher em contextos de opressão histórica implica enfrentar estigmas específicos e que a história das mulheres exige atenção às dimen-

sões específicas do patriarcado que atravessam cada experiência, nas quais a memória de sofrimento deve ser compreendida tanto pelo impacto subjetivo quanto pelas relações sociais em que se insere.

A experiência de Silvia Montarroyos, embora compartilhe a repressão política vivida por outros militantes, revela atravessamentos de gênero que moldam seu sofrimento e sua resistência. Sua prisão ainda menor de idade, a tortura física e psicológica, o internamento forçado em manicômios e a constante vigilância sobre seu corpo e relações afetivas demonstram que a violência sofrida não era neutra em termos de gênero. Elementos como o assédio, a exposição do corpo, a avaliação moral sobre sua conduta e a vigilância sobre sua sexualidade ilustram que mulheres enfrentavam formas de controle que excediam a repressão política vivida por homens.

Na dimensão da construção do pensamento histórico mesclado com a educação em direitos humanos não podemos esquecer da importância de considerar essas experiências na formação de percepções críticas sobre a democracia e o respeito à vida. A Lei nº 14.986/2024 representa uma oportunidade importante para que histórias de mulheres como Silvia Montarroyos sejam trazidas ao debate nas escolas. Ao estabelecer a obrigatoriedade de abordar perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, a lei cria espaço para que a trajetória de resistência, militância e memória de sofrimento sob a ditadura civil-militar seja compreendida como parte da história nacional.

Dessa forma, experiências individuais e coletivas de mulheres que enfrentaram opressões políticas e sociais podem ser exploradas pedagogicamente, sensibilizando estudantes para a relevância das questões de gênero na construção da democracia e no entendimento crítico do passado recente. Sandra Pesavento (2005) e Beatriz Sarlo (2007) nos lembram que a sensibilidade e a subjetividade são instrumentos para compreender como o passado é vivido e narrado, destacando o papel da memória poética e da experiência vivida como conhecimento social. No caso de Silvia, esses atravessamentos de gênero tornam seu relato um recurso privilegiado para refletir sobre a relação entre memória, educação e fortalecimento democrático. Sua trajetória evidencia que a opressão sobre mulheres não se limita à violência física, mas se manifesta também na tentativa de controlar a liberdade, o corpo e a subjetividade feminina, oferecendo, ao mesmo tempo, pistas sobre estratégias de resistência e sobrevivência que podem ser incorporadas à Educação para o “Nunca Mais”.

Suas memórias da prisão, do internamento, dos episódios de tortura e da vida enquanto perseguida política revelam táticas de sobrevivência e resistência, evidenciando a importância de interpretar fontes e evidências com criticidade

para que possamos compreender as múltiplas dimensões da experiência autoritária. Esse olhar crítico é fundamental para que o pensamento histórico seja capaz de ir além da simples narrativa e promova a construção de explicações que dialoguem com a complexidade do passado.

Importa destacar que a narrativa apresentada não corresponde à metodologia de história oral clássica, baseada em entrevistas realizadas pelo pesquisador, mas sim a um relato de si e de testemunho já publicado e apresentado pela própria Montarroyos em diferentes contextos. Nesse sentido, o uso de suas memórias não é apenas documental, mas interpretativo: o que se busca é compreender como sua experiência subjetiva, atravessada por gênero, militância e resistência, permite uma leitura alinhada à História das Mulheres (Perrot, 1995), na qual a dimensão do vivido feminino não se reduz à condição de vítima, mas se afirma como construção histórica e política.

## REFLEXÕES FINAIS

A narrativa testemunhal de Silvia Montarroyos descontina detalhes da vida sob um regime autoritário, revelando o modo opressor e violento com que a força policial tratava aqueles que não se alinhavam à ideologia do Estado. Em tempos de ditadura, indivíduos dissidentes tinham seus direitos negados, corpos silenciados e participação cidadã desencorajada. A experiência de Silvia evidencia ainda como o gênero moldou formas específicas de violência e resistência: mulheres eram submetidas a humilhações, vigilância intensa e tentativas de desqualificação social, que iam além das vivenciadas pelos homens. Aspectos como a imposição de codinomes, a proteção dos familiares e a exposição do corpo nas situações de tortura revelam a interseção entre autoritarismo e patriarcado, mostrando como a memória feminina acrescenta uma perspectiva singular à compreensão histórica do período.

O testemunho de Silvia permite compreender como sua trajetória pessoal, marcada pela prisão, tortura, internamento e clandestinidade, articulou estratégias de resistência e sobrevivência. Sua formação política, a valorização da dignidade humana e o uso da arte como instrumento de enfrentamento do sofrimento revelam táticas de combater o autoritarismo. Cada lembrança sensibiliza para o modo como a violência buscava controlar corpos e subjetividades, reforçando a importância de preservar relatos que evidenciam tanto os efeitos da repressão quanto as formas de resistência, como um elemento central da memória histórica.

Considerando nosso objetivo de analisar como a narrativa testemunhal de Silvia Montarroyos contribui para a preservação da memória histórica, promo-

vendo justiça e educação para a construção de um “Nunca mais”, concluímos que sua trajetória pode ser inserida na educação de forma ampla: na esfera escolar, ao fornecer conteúdos que abordem direitos humanos, democracia e gênero; em programas de memória e museus, ao tornar visíveis experiências silenciadas; e em processos educativos não formais, como rodas de conversa, cursos e atividades culturais que sensibilizem os cidadãos para a importância de repudiar o autoritarismo e valorizar a dignidade humana. Nesse sentido, leis e políticas recentes, como a Lei nº 14.986/2024, que orienta a inclusão da perspectiva feminina nos currículos, oferecem espaço para que histórias como a de Silvia sejam discutidas e utilizadas como instrumento pedagógico para estabelecer um diálogo entre passado e presente, desmontando discursos que idealizam a ditadura, fortalecendo a compreensão de que a democracia é, antes de tudo, a garantia da dignidade humana, promovendo reflexão sobre gênero, direitos humanos e cidadania.

Mesmo que algumas representações não possam ser verificadas documentalmente, o que se coloca em análise é a experiência sensível vivida e transmitida. Segundo Pesavento (2007), as sensibilidades são operações de sentido que tornam presente uma ausência e produzem uma experiência sensível do acontecimento. Ao articular memória individual e coletiva, a narrativa de Montarroyos mostra o potencial da História Oral e dos estudos biográficos para a educabilidade, evidenciando como a memória não é apenas lembrança, mas um conhecimento capaz de orientar o compromisso com a democracia e a construção de um “Nunca mais”.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. (2004). *Ouvir contar: Textos em História Oral*. Editora FGV.
- BOSI, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Atelier Editorial.
- BRASIL. (1969). Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969. Presidência da República.
- BRASIL. (2024). Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Câmara dos Deputados.
- CANDAU, V. et al. (2013). *Educação em direitos humanos e formação de professores(as)*. Cortez.
- CHARTIER, R. (1990). *A História Cultural. Entre práticas e representações*, DIFEL.
- COELHO, F. V. (2004). *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Bagaço.
- COLLING, A. M. (2017). As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História Em Revista*, 10(10).
- PRIORE, M del. (2020). *Sobreviventes e Guerreiras: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. Editora Planeta.

- FICO, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, (24)47, 29-60.
- FONSECA, H. (Ed.) (2018). 1968: abaixo as ditaduras. Cepe.
- FREIRE, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- JELIN, E. (2020). *Las tramas del tiempo: Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales*. 1a ed. CLACSO.
- MONTARROYOS, S. L. V. (2013a). *Réquiem por Tatiana - missa em si menor: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos*. Cepe.
- MONTARROYOS, S. L. V. (2013b). Transcrição da Sessão Pública realizada em 09/12/2013. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.
- MONTARROYOS, S. L. V. (2021). Entrevista concedida a Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes. Recife.
- PERROT, M. (1995). Escrever uma história das Mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, (4), 9-28.
- PESAVENTO, S. J. (2005). *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Colloques 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuemundo/229?lang=pt>. Acesso em: 26 abri. 2025.
- PESAVENTO, S. J. (2007). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Editora da UFRGS.
- SARLO, B. (2007). *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Editora UFMG.